

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

### **I - Preâmbulo**

No cumprimento da alínea i) do n.º 1, do art. 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como do n.º 1 do art.º 76º da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), o Executivo Municipal vem apresentar os documentos de Prestação de Contas do Município da Golegã, referente ao ano económico de 2019.

As disposições legais, citadas anteriormente, dispõem que os documentos de prestação de contas, após serem aprovados em reunião da Câmara Municipal, devem ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal e remetidas ao Tribunal de Contas, até ao dia 30 de junho de 2020, de acordo com o n.º 1 do art.º 4 da Lei n.º 1-A/2020 de 19 de março (Medidas excepcionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19).

Os documentos de prestação de contas foram elaborados e organizados, respeitando as regras estabelecidas no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54- A/99, de 22 de Fevereiro, bem como a instrução do Tribunal de Contas n.º. 1/2001, aprovada pela Resolução n.º. 4/2001 – 2ª. Secção, alterada pela Resolução n.º. 6/2013 – 2ª. Secção, e pela Resolução n.º. 2/2014, de 27 de novembro, bem como nos termos da alínea m) art.º 51º. e do artº. 52º. da Lei n.º. 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º. 20/2015, de 9 de março.

Conforme dispõem os diplomas, anteriormente referidos, apresentam-se num único volume os mapas e os anexos evidenciados no índice.

O ponto 2 das considerações técnicas do POCAL determina que a prestação de contas seja composta pelos seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;

- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Antes, ainda, de nos debruçarmos sobre a análise das diversas informações e documentos relativos ao exercício de 2019, importa evidenciar que o referido ano se caracterizou por ser, extremamente difícil, no que à gestão diz respeito, considerando que foram encerrados, física e financeiramente, um conjunto de projetos do anterior Quadro Comunitário – QREN, com implicações diretas ao nível da tesouraria e ao prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP).

De acordo com as orientações técnicas do POCAL, a Prestação de Contas integra um conjunto de documentos, já referidos anteriormente, nomeadamente a Demonstração de Resultados que reproduz informação de todo o período do ano económico de 2019 ao nível dos resultados operacionais, financeiros, correntes e o resultado líquido do exercício, como verificaremos adiante na análise à Situação Económica.

O Relatório de Gestão tem como finalidade complementar e disponibilizar de uma forma sintética e clara, um conjunto de elementos e de informações para uma melhor análise da situação económica e financeira do Município.

De acordo com o ponto 13 do POCAL, analisaremos de seguida as informações referentes ao exercício de 2019, da forma que se evidencia:

- a) - A situação económica
- b) - Indicadores da situação financeira
- c) - Evolução das dívidas a terceiros nos últimos anos, de curto, médio e longo prazo
- d) - Contabilidade de Custos
- e) - Prazo Médio de Pagamentos
- f) - Fundos Disponíveis
- g) - Participação em Entidades Societárias e Não Societárias
- h) - Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício
- i) - Factos Relevantes ocorridos após o termo do Exercício

## ANÁLISE ORÇAMENTAL

### Orçamento

Os documentos previsionais foram elaborados no respeito pelos princípios contabilísticos, orçamentais e das regras previsionais previstas no POCAL.

O Orçamento de 2019 foi elaborado num contexto, particularmente difícil e fortemente condicionado, dos quais destacamos:

A restrição financeira orçamental decorrente da dimensão da dívida e dos compromissos existentes a 31/12/2018: a dívida total situava-se em 2.975.668,00€.

Tendo-se nos anos de 2018 e 2019 alcançado um resultado líquido de exercício deveras satisfatório.

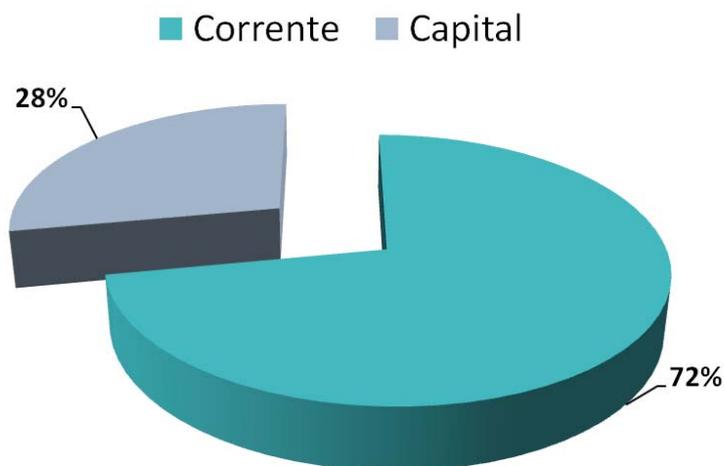
	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Resultado Líquido do Exercício	-327 338,38	172 848,03	25 957,83	23 294,67	143 642,13	25 537,10

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019 previam os fluxos financeiros de entradas e saídas no ano em causa, quer resultantes dos compromissos e dívidas do Município existentes no final de 2018 e respetivos pagamentos, quer de novas ações e investimentos propostos, no total de 8.421.648,39€, conforme tabelas resumo das dotações iniciais.

Euros

Receitas Municipais 2019		
Designação	Dotação	%
01. Imposto Diretos	977 100,00	11,60%
02. Impostos Indiretos	28 600,00	0,34%
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	629 000,00	7,47%
05. Rendimentos de Propriedade	500,00	0,01%
06. Transferências Correntes	3 494 759,00	41,50%
07. Vendas de Bens e Serviços Correntes	881 200,00	10,46%
08. Outras Receitas Correntes	35 200,00	0,42%
<b>Total das Receitas Correntes</b>	<b>6 046 359,00</b>	<b>71,80%</b>
09. Venda de Bens de Investimento	42 300,00	0,50%
12. Passivos financeiros	634 130,00	7,53%
10. Transferência de Capital	1 673 047,00	19,87%
<b>Total das Receitas de Capital</b>	<b>2 349 477,00</b>	<b>27,90%</b>
15. Reposições não abatidas nos pagamentos	200,00	0,00%
16. Saldo da Gerência anterior	25 632,39	0,30%
<b>Total da Receita</b>	<b>8 421 668,39</b>	<b>100,00%</b>

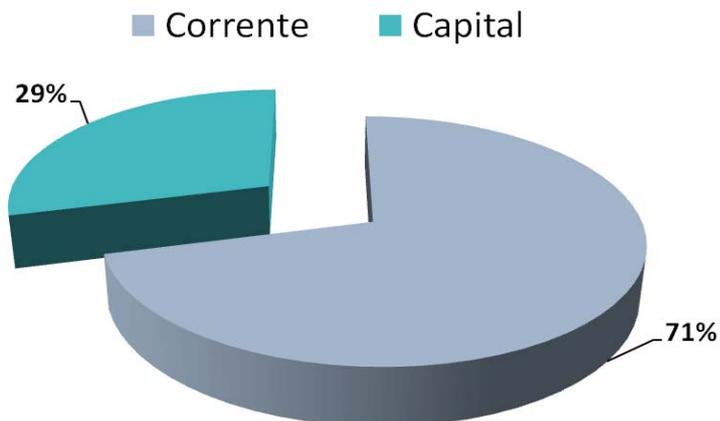
## RECEITA





Despesas Municipais 2019		
Designação	Dotação	%
01. Despesas com Pessoal	2 849 005,00	33,83%
02. Aquisição de Bens e Serviços	2 347 439,39	27,87%
03. Juros e outros encargos	34 581,00	0,41%
04. Transferências Correntes	610 570,00	7,25%
05. Subsídios	92 495,00	1,10%
06. Outras Despesas Correntes	38 065,00	0,45%
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>5 972 155,39</b>	<b>70,91%</b>
07. Aquisição de Bens de Capital	1 824 066,00	21,66%
08. Transferências de Capital	66 925,00	0,79%
09. Activos Financeiros	24 593,00	0,29%
10. Passivos Financeiros	533 929,00	6,34%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>2 449 513,00</b>	<b>29,09%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>8 421 668,39</b>	<b>100,00%</b>

### DESPESA



## II – SITUAÇÃO ECONÓMICA

De harmonia com o previsto no n.º 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente relatório de gestão relativo ao ano de 2019, que procura ser clarificador quanto à origem das receitas e despesas do município, bem como, relativamente à sua situação económica e financeira.

No ano de 2019 registaram-se os seguintes valores de execução a nível orçamental:

Descrição	Receita	Despesa
<i>Correntes</i>	5 973 600,48 €	5 399 768,10 €
<i>Capital</i>	1 329 637,61 €	1 750 635,76 €
<i>Outras</i>	2 987,47 €	-
<b>Total</b>	<b>7 306 225,56 €</b>	<b>7 150 403,86 €</b>

-	Valores	Valores
Diferença entre Receitas e Despesas Correntes		573 832,38 €
Diferença entre Receitas e Despesas de Capital		-420 998,15 €
Diferença parcial (correntes e capital)		152 834,23 €
Outras Receitas		2 987,47 €
Diferença Total		155 821,70 €
Saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2018		25 632,39 €
<b>Saldo do Exercício de 2019</b>		<b>181 454,09 €</b>

Verificou-se que as receitas correntes foram superiores em 573.832,38€ em relação às despesas correntes, cumprindo-se o princípio do Equilíbrio Orçamental previsto na alínea e) do ponto 3.1.1. do POCAL.

Quanto aos movimentos de capital, as despesas foram superiores às receitas em 420.998,15€, verificando-se que a poupança corrente foi absorvida para fazer face às despesas de investimento.

Do diferencial de 155.821,70€ somado ao valor de 25.632,39€ referente ao saldo em dinheiro transitado do Exercício de 2018 resulta assim um valor positivo de 181.454,09€.

Em relação à receita total, o grau de execução no ano de 2019 foi de 87,06%, percentagem superior à verificada no ano de 2018 (83,83%). No que se refere às receitas correntes o grau de execução foi de 98,80%.

A execução da Receita de Capital esteve fortemente condicionada, pois foram estimadas receitas referentes aos fundos comunitários, que devido ao atraso do visto do Tribunal de Contas e ao início das obras, não deram entrada, como também não existiu a concretização da despesa, atingindo no final de 2019 ao valor percentual de 56,59%.

Ainda no âmbito da receita e com implicações na satisfação de compromissos na despesa, de referir o aumento verificado nas transferências do Orçamento do Estado.

A despesa total teve um grau de execução de 84,91% em relação às previsões corrigidas, valor acima ao verificado no ano de 2018 (83,55%). Nas despesas correntes a execução foi de 90,42%.

A despesa corrente no ano de 2019 aumentou e foi superior em 85.743,47€ à registada no ano de 2018. Dos 5.399.768,10€ realizados, 2.843.383,50€ referem-se ao pagamento das despesas com pessoal (sendo de realçar que em 2019 as alterações das posições remuneratórias foram descongeladas), representando cerca de 40% da despesa e à aquisição de bens e serviços, representando cerca de 26,89% em relação ao total geral da despesa.

O peso das despesas de capital diminuiu em cerca de 21,41% em relação ao ano de 2018, motivado pela diminuição de 476.811,99€ do investimento realizado (-30,60%) - aquisição de bens de capital.

Por conseguinte, o total da despesa realizada teve uma diminuição de 391.068,52€, equivalente a (-5,19%).

Para melhor leitura, seguidamente apresentamos os mapas das receitas e despesas:

---

#### **DESPESA ORÇAMENTAL:**

DESCRIÇÃO	Ano de 2019		Ano de 2018		Variação de 2018 para 2019	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Pessoal	2 843 383,50	39,77%	2 551 281,52	33,83%	292 101,98	11,45%
02 – Aquisição de bens e serviços	1 923 000,71	26,89%	2 128 218,55	28,22%	-205 217,84	-9,64%
03 – Juros e outros encargos	22 874,35	0,32%	38 815,74	0,51%	-15 941,39	-41,07%
04 – Transferências correntes	500 261,71	7,00%	474 008,80	6,29%	26 252,91	5,54%
05 – Subsídios	90 990,81	1,27%	105 825,50	1,40%	-14 834,69	-14,02%
06 – Outras despesas correntes	19 257,02	0,27%	15 874,52	0,21%	3 382,50	21,31%
<b>SOMA DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5 399 768,10</b>	<b>75,52%</b>	<b>5 314 024,63</b>	<b>70,46%</b>	<b>85 743,47</b>	<b>1,61%</b>
07 – Aquisição de bens de capital	1 147 506,78	16,05%	1 653 503,33	21,93%	-505 996,55	-30,60%
08 – Transferências de capital	44 610,00	0,62%	32 610,00	0,43%	12 000,00	36,80%
09 – Ativos financeiros	24 593,00	0,34%	29 389,50	0,39%	-4 796,50	—
10 – Passivos financeiros	533 925,98	7,47%	511 944,92	6,79%	21 981,06	4,29%
<b>SOMA DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1 750 635,76</b>	<b>24,48%</b>	<b>2 227 447,75</b>	<b>29,54%</b>	<b>-476 811,99</b>	<b>-21,41%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7 150 403,86</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 541 472,38</b>	<b>100,00%</b>	<b>-391 068,52</b>	<b>-5,19%</b>

**RECEITA ORÇAMENTAL:**

DESCRIÇÃO	Ano de 2019		Ano de 2018		Variação de 2018 para 2019	
	Valor	Peso da Rubrica	Valor	Peso da Rubrica	Valor	%
01 – Impostos diretos	912 706,62	12,45%	927 183,88	12,25%	-14 477,26	-1,56%
02 – Impostos indiretos	29 787,45	0,41%	26 247,24	0,35%	3 540,21	13,49%
04 – Taxas, multas e outras penalidades	636 582,45	8,68%	543 331,10	7,18%	93 251,35	17,16%
05 – Rendimentos de propriedade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
06 – Transferências correntes	3 478 356,07	47,44%	3 425 214,19	45,26%	53 141,88	1,55%
07 – Venda de bens e serviços correntes	914 362,94	12,47%	824 604,99	10,90%	89 757,95	10,88%
08 – Outras receitas correntes	1 804,95	0,02%	17 338,57	0,23%	-15 533,62	-89,59%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>5 973 600,48</b>	<b>81,47%</b>	<b>5 763 919,97</b>	<b>76,17%</b>	<b>209 680,51</b>	<b>3,64%</b>
09 – Venda de bens de investimento	33 500,00	0,46%	30 000,00	0,40%	3 500,00	11,67%
10 – Transferências de capital	905 164,61	12,35%	1 081 790,00	14,30%	-176 625,39	-16,33%
12 – Passivos financeiros	390 973,00	5,33%	603 133,49	7,97%	-212 160,49	-35,18%
<b>Receitas Capital</b>	<b>1 329 637,61</b>	<b>18,14%</b>	<b>1 714 923,49</b>	<b>22,66%</b>	<b>-385 285,88</b>	<b>-22,47%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>	<b>28 619,86</b>	<b>0,39%</b>	<b>88 261,31</b>	<b>1,17%</b>	<b>-59 641,45</b>	<b>-67,57%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>7 331 857,95</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 567 104,77</b>	<b>100,00%</b>	<b>-235 246,82</b>	<b>-3,11%</b>

De seguida, apresentamos o mapa resumo da execução das GOP – Grandes Opções do Plano referente ao montante previsto e executado no ano de 2019. Nos mapas anexos a estes Documentos de Prestação de Contas encontram-se os mapas com os valores referidos por ações.

De referir que nestes mapas anexos, bem como no mapa resumo, as funções encontram-se distribuídas no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e AMR – Atividades Mais Relevantes. A soma destes dois documentos constitui as GOP – Grandes Opções do Plano.

A maior parte das funções engloba despesas nas AMR e no PPI, embora a nível de Projetos/Ações este tipo de despesas tenham que ser, devidamente separadas, mediante a respetiva classificação orçamental, fazendo parte do PPI todas as classificações económicas 07 (Aquisição de bens de capital) e das AMR a maior parte das restantes classificações económicas, independentemente de serem correntes ou de capital.

De referir ainda que nestes mapas poderão ser analisadas todas as ações de uma forma global, tendo em consideração o ano de 2019, bem como os anos seguintes a nível de previsão e a nível dos montantes executados com referência a anos anteriores e ao ano de 2019, apresentando os mapas dois graus de execução tanto a nível anual como a nível global.

Funções	GOP			PPI			AMR		
	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução	Previsto (Corrigido)	Pago	Taxa Execução
<b>Funções Gerais:</b>									
- Serviços Gerais de Administração Pública	265 060,00	192 477,69	72,62%	263 360,00	191 143,14	72,58%	1 700,00	1 334,55	78,50%
- Segurança, Prevenção e Proteção Civil	73 255,00	73 045,62	99,71%	0,00	0,00	0,00%	73 255,00	73 045,62	99,71%
- Higiene e Segurança Alimentar	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
<b>Funções Sociais:</b>									
- Educação	282 670,00	199 428,73	70,55%	62 585,00	32 935,41	52,63%	220 085,00	166 493,32	75,65%
- Saúde e Ação Social	98 760,00	94 113,23	95,29%	100,00	0,00	0,00%	98 660,00	94 113,23	95,39%
- Habitação	36 450,00	32 945,36	90,39%	18 945,00	18 471,52	97,50%	17 505,00	14 473,84	82,68%
- Ordenamento do Território	32 110,00	18 585,30	57,88%	32 110,00	18 585,30	57,88%	0,00	0,00	0,00%
- Abastecimento de Água e Saneamento	204 545,00	147 064,05	71,90%	193 345,00	139 217,81	72,00%	11 200,00	7 846,24	70,06%
- Mais Cidadania e Participação Cívica	10 705,00	10 703,70	99,99%	10 705,00	10 703,70	99,99%	0,00	0,00	0,00%
- Resíduos Sólidos e Higiene Pública	263 550,00	166 787,67	63,29%	18 150,00	5 719,50	31,51%	245 400,00	161 068,17	65,63%
- Proteção do Meio Ambiente- Conservação da Natureza	727 301,00	312 608,99	42,98%	711 091,00	299 658,10	42,14%	16 210,00	12 950,89	79,89%
- Cultura e Juventude	116 950,00	55 521,52	47,47%	25 545,00	6 005,06	23,51%	91 405,00	49 516,46	54,17%
- Desporto, Recreio e Lazer	94 045,00	84 945,94	90,32%	33 780,00	24 707,36	73,14%	60 265,00	60 238,58	99,96%
<b>Funções Económicas:</b>									
- Agricultura, Pecuária, Sicultura, Caça	3 670,00	0,00	0,00%	3 670,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
- Indústria e Energia	315 870,00	304 020,12	96,25%	307 820,00	301 560,12	97,97%	8 050,00	2 460,00	30,56%
- Rede Viária, Transportes e Comunicações	88 195,00	81 278,93	92,16%	87 995,00	81 278,93	92,37%	200,00	0,00	0,00%
- Turismo - Desenvolvimento e Promoção	147 320,00	98 135,04	66,61%	54 865,00	17 520,83	31,93%	92 455,00	80 614,21	87,19%
<b>Outras Funções:</b>									
- Transferências entre Administrações	383 010,00	257 046,91	67,11%	0,00	0,00	0,00%	383 010,00	257 046,91	67,11%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3 143 466,00</b>	<b>2 128 708,80</b>	<b>67,72%</b>	<b>1 824 066,00</b>	<b>1 147 506,78</b>	<b>62,91%</b>	<b>1 319 400,00</b>	<b>981 202,02</b>	<b>74,37%</b>

Após análise deste mapa, constata-se que as áreas de atuação da Autarquia continuam a ser as mais diversas e a canalização dos recursos é feita de uma forma racional, responsável e criteriosa.

Deste mapa resumo constata-se que a execução do ano de 2019 foi de 67,72%, no entanto, em termos globais a execução foi de 87,45% (montantes executados no ano e anos anteriores).

No que se refere ao documento PPI (Plano Plurianual de Investimentos), diretamente ligado aos bens de investimento do orçamento, verificou-se uma execução anual de 62,91%, valor abaixo do verificado no final do ano de 2018 (76,38%). Destacando-se as seguintes ações:

	Designação do Projeto/Ação	Valores
2014/615-2	Portugal 2020 - ITI - Eficiência Energética - Edifícios Públicos da Administração Local - Iluminação Pública - Execução da Obra	299 690,52 €
2014/310 1	Proteção e Meio Ambiente - PARU - Lagoa da Alverca do Campo - Requalificação e valorização das margens e envolvente - PORTUGAL 2020 - Regeneração Urbana	275 775,00 €
2018/10 1	Conservação e Reabilitação de espaços e edifícios do Município	56 247,51 €
2018/30 1	Transportes - Reparação de Veículos	52 108,78 €
2018/230 2	Reabilitação, remodelação e conservação de rede de saneamento do Concelho - ETAR de Azinhaga	51.696,30 €
2014/650 1	Pombalinho - Requalificação e pavimentação da Rua de Santo António e Zona Envolvente - Execução da Obra	46 070,44 €
2018/250	Aquisição e Reparação de contadores de água, maquinaria e equipamento	36 931,23 €
2018/540	Conservação, beneficiação e reabilitação dos complexos e instalações desportivas e recreativas	24 707,36 €
2018/230 1	Reabilitação, remodelação e conservação de rede de saneamento do Concelho - ETAR de Golegã	24 077,79 €

Estes investimentos representaram cerca de 75,58% do total do PPI.

Para além do investimento realizado, o Município levou a cabo as AMR – Atividades Mais Relevantes que complementam as GOP – Grandes Opções do Plano.

No ano de 2019 as AMR tiveram um montante executado de 981.202,02€ que adicionado ao valor do PPI, que foi de 1.147.506,78€, resulta um total nas GOP de 2.128.708,80€.

Em termos de valores nas AMR há a destacar as seguintes ações:

Designação do Projeto/Ação		Valores
2018/300	Resíduos Sólidos e Higiene Pública - RSU-Aterro Sanitário - Resitejo	157 849,86 €
2018/740	Transferências para as Juntas de Freguesia do Concelho - financiamento de despesas correntes e delegação de competências	101 610,16 €
2018/80 1/1	Ação Social Escolar - Transportes Escolares	86 203,92 €
2018/40 1	Transferências para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Golegã - despesas de funcionamento	73 045,62 €
2018/670 4	Transferências correntes para a Associação Feira Nacional do Cavalo - certames	69 508,27 €
2018/550	Transferências para associações e entidades desportivas, recreativas e de lazer - despesas de funcionamento	60 238,58 €
2018/760	Pombalinho - Acordo de Execução com a C.M. Santarém e a Empresa Águas de Santarém	60 000,00 €
2018/95 2	Natalidade + - Programa de Apoio à Natalidade	43 151,57 €
2018/500	Transferências para associações e entidades culturais - despesas correntes	43 089,68 €
2018/70 1	Ensino superior - Bolsas de Estudo aos alunos do Ensino Superior	33 365,40 €
2018/750	Transferências para as Juntas de Freguesia do Concelho - financiamento de despesas de investimento e delegação de competências	32 610,00 €
2018/65	CIMLT - Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar da Lezíria do Tejo	32 141,00 €

Para além dos investimentos, anteriormente referidos, houve outros no que respeita à conservação e reabilitação de estruturas e aquisição de equipamentos para as diversas áreas de atuação do Município que afetaram, essencialmente as despesas de funcionamento.

**ESTRUTURA DO INVESTIMENTO – ACTIVO BRUTO – IMOBILIZADO**

DESIGNAÇÃO		Ano de 2019		Ano de 2018		Variação	
		Valores	%	Valores	%	Valor	%
<b>BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO</b>							
453	Outras construções e infra-estruturas	98 140,94	0,21%	98 140,94	0,21%	0,00	0,00%
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	93 225,73	0,20%	93 225,73	0,20%	0,00	0,00%
459	Outros bens do domínio público	6 593 361,25	13,92%	6 592 181,68	14,31%	1 179,57	0,02%
445	Imobilizações em curso	9 200,00	0,02%	9 200,00	0,02%	0,00	0,00%
<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>							
431	Despesas de instalação	245 917,13	0,52%	238 229,63	0,52%	7 687,50	3,23%
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	93 455,24	0,20%	79 371,74	0,17%	14 083,50	17,74%
433	Propriedade industrial e outros direitos	2 934,28	0,01%	2 934,28	0,01%	0,00	0,00%
443	Imobilizações em curso	56 643,71	0,12%	56 643,71	0,12%	0,00	0,00%
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>							
421	Terrenos e recursos naturais	2 624 169,74	5,54%	2 624 329,46	5,70%	-159,72	-0,01%
422	Edifícios e outras construções	28 192 938,27	59,51%	28 045 296,27	60,86%	147 642,00	0,53%
423	Equipamento básico	3 082 149,79	6,51%	2 906 115,61	6,31%	176 034,18	6,06%
424	Equipamento de transporte	582 012,86	1,23%	553 693,96	1,20%	28 318,90	5,11%
425	Ferramentas e utensílios	267 858,29	0,57%	259 476,27	0,56%	8 382,02	3,23%
426	Equipamento administrativo	1 064 494,67	2,25%	1 049 552,74	2,28%	14 941,93	0,01
429	Outras imobilizações corpóreas	2 271 244,80	4,79%	2 253 223,99	4,89%	18 020,81	0,80%
442	Imobilizações em curso	1 628 241,39	3,44%	752 163,97	1,63%	876 077,42	116,47%
448	Adiantamentos por conta de imob. Corpóreas	1 120,00	0,00%	1 120,00	0,00%	0,00	0,00%
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>							
411	Partes de capital	293 905,00	0,62%	288 905,00	0,63%	5 000,00	1,73%
412	Obrigações e títulos de participação	176 337,00	0,37%	176 337,00	0,38%	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>		<b>47 377 350,09</b>	<b>100,00%</b>	<b>46 080 141,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>1 297 208,11</b>	<b>2,82%</b>

Na análise à estrutura do imobilizado da Câmara Municipal da Golegã, verificou-se um aumento global de 1.297.208,11€, em relação ao ano de 2018, correspondendo a uma variação positiva de 2,82%.

A rubrica com maior peso no total da estrutura do imobilizado é a 422 – Edifícios e Outras Construções, representando cerca de 59,51% (28.192.938,27€), com uma variação positiva de 0,53% (147.642,00€).

A rubrica 423 – Equipamento Básico teve uma variação positiva de 6,06% (176.034,18€), que corresponde à beneficiação dos Equipamentos afetos ao Abastecimento de Água e Saneamento do Concelho da Golegã.

De salientar que, no ano de 2019, a conta 442 – Imobilizações em Curso teve uma variação positiva de 116,47% (876.077,42€), relativamente ao ano anterior, tendo contribuído para este aumento as seguintes obras que se encontram em curso: Reabilitação das Margens da Lagoa da Alverca do Campo e da Reabilitação dos Diques do Concelho da Golegã e da Eficiência Energética – Iluminação Pública.

## **CUSTOS E PROVEITOS**

### **CUSTOS**

O peso percentual e sectorial da estrutura de custos no exercício de 2019 é o seguinte, em comparação com o ano de 2018:

Designação	Ano de 2019		Ano de 2018		Variação	
	Valores	%	Valores	%	Valor	%
61	234 486,47	3,61%	188 547,94	3,01%	45 938,53	+24,36%
62	1 548 059,47	23,86%	1 685 296,02	26,94%	-137 236,55	-8,14%
64	2 837 068,79	43,72%	2 586 066,25	41,34%	251 002,54	+9,71%
65	4 150,91	0,06%	7 744,33	0,12%	-3 593,42	-46,40%
63	522 428,17	8,05%	484 363,21	7,74%	38 064,96	+7,86%
66+67	1 172 218,03	18,07%	1 101 473,32	17,61%	70 744,71	+6,42%
68	28 811,53	0,44%	18 785,00	0,30%	10 026,53	+53,38%
69	116 007,17	1,79%	40 236,83	0,64%	75 770,34	+188,31%
88	25 537,10	0,39%	143 642,13	2,30%	-118 105,03	-82,22%
<b>TOTAIS .....</b>	<b>6 488 767,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 256 155,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>232 612,61</b>	<b>+3,72%</b>

Os custos aumentaram em relação ao ano de 2018, cerca de 232.612,61€, representando um aumento de 3,72%.

A principal rubrica que contribuiu para este cenário foi a rubrica de Despesas com Pessoal, que representa cerca de 44,05% desta estrutura, a qual teve um aumento de 9,71% (251.002,54€). Tendo contribuído este cenário para a diminuição da rubrica 62 – Fornecimentos e Serviços Externos, em cerca de 8,14% (137.236,55€).

As Amortizações e Provisões do Exercício tiveram uma variação positiva de 6,42% (70.744,71€), contribuindo a rubrica 4822 – Edifícios e Outras Construções, para o aumento dos custos em 2019.

Assim, o peso das amortizações e provisões do exercício, decorrente do cumprimento do POCAL, relativamente aos custos com o património, ascendeu a 1.172.218,03€, valor acima do registado no ano de 2018, devido ao valor da obra da Rua de Santo António no Pombalinho, da Reparação do Estúdio Carlos Relvas e da Requalificação, Reabilitação e Conservação da Reserva Natural do Paúl do Boquilobo, já se

encontrarem contempladas no Imobilizado corpóreo e a serem amortizadas desde 2018.

### **PROVEITOS**

Designação	Ano de 2019		Ano de 2018		Variação	
	Valores	%	Valores	%	Valor	%
71 Venda e prestações de serviços	810 085,54	12,48%	805 050,55	12,87%	5 034,99	+0,63%
72 Impostos e taxas	1 440 602,55	22,20%	1 428 693,22	22,84%	11 909,33	+0,83%
73 Proveitos suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	—
74 Transferências e subsídios obtidos	3 961 058,85	61,04%	3 736 320,82	59,72%	224 738,03	+6,01%
76 Outros proveitos e ganhos	1 804,95	0,03%	17 338,57	0,28%	-15 533,62	-89,59%
78 Proveitos e ganhos financeiros	2 238,82	0,03%	962,77	0,02%	1 276,05	+132,54%
79 Proveitos e ganhos extraordinários	272 976,93	4,21%	267 789,10	4,28%	5 187,83	+1,94%
<b>TOTAIS .....</b>	<b>6 488 767,64</b>	<b>100,00%</b>	<b>6 256 155,03</b>	<b>100,00%</b>	<b>232 612,61</b>	<b>+3,72%</b>

Na globalidade, registou-se um aumento de proveitos no valor de 232.612,61€ motivado, essencialmente pela rúbrica transferências e subsídios obtidos, da qual este Município depende, dado que no ano de 2019 representou cerca de 62% do total dos proveitos.

Seguindo-se a rúbrica de Impostos e Taxas, com cerca de 22% desta estrutura.

### **III – INDICADORES DA SITUAÇÃO FINANCEIRA**

Os indicadores de natureza orçamental apresentam uma visão global da receita e da despesa, estabelecendo relações de grandeza entre ambas. De seguida, apresenta-se a sua evolução nos últimos 4 anos.

**Autonomia Financeira:**

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
Fundos Próprios e Passivo	1120,20%	1406,09%	815,64%	982,75%
Passivo Total				
Fundos Próprios	61,54%	61,22%	61,10%	63,09%
Ativo Líquido				

**Liquidez Geral:**

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
Activo Circulante	37,29%	27,41%	16,89%	20,98%
Passivo Circulante				

**Solvabilidade:**

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
Fundos Próprios	159,99%	157,89%	157,05%	170,94%
Passivo Total				

**Capacidade do Endividamento:**

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
Fundos Próprios	94,11%	93,21%	92,89%	92,40%
Capitais permanentes				

**Estrutura do Endividamento:**

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
Dívidas a terceiros de curto prazo	5,07%	5,10%	7,58%	4,98%
Fundos Próprios e Passivo				

**Grau de Dependência:**

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
Empréstimo de Curto, Médio e Longo Prazo	3,85%	4,46%	4,68%	5,19%
Activo Líquido Total				

**Rácios Orçamentais:**

	Ano de 2019	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
Receita Total	102,14%	99,17%	100,87%	100,16%
Despesa Total				
Receitas Correntes	110,63%	108,47%	106,25%	102,41%
Despesas Correntes				
Receitas de Capital	75,95%	76,99%	80,46%	88,55%
Despesas de Capital				
Despesa com o Pessoal	39,77%	34,29%	32,82%	33,14%
Despesa Total				

As demonstrações apresentadas dão conta que o Município da Golegã possui uma razoável estabilidade financeira, conforme indicadores patrimoniais com base no respetivo balanço.

Também a nível orçamental os rácios indicam uma razoável estabilidade, verificando-se que parte das receitas correntes serviu para financiar despesas de capital o que consideramos um bom registo.

Apesar da situação económica e financeira difícil, tem havido lucidez no sentido de adaptar e reescalonar a realização de custos, de acordo com as limitações das disponibilidades do Município.

#### **IV - EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS, DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO**

O art.º 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estipula o limite da dívida total, prevendo que a dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no art.º 54.º (entidades relevantes para o apuramento da dívida), não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

No Município da Golegã, o limite da dívida de operações orçamentais em 2019, foi o seguinte:

Ano	Receita corrente líquida cobrada
2 018	5 763 920
2017	5 471 978
2016	5 549 605
Total	16 785 503
Média da receita	5 595 168
<b>Limite dívida operações orçamentais - 31/12/2019</b>	<b>8 392 751,41</b>

De acordo com o n.º 2 do referido artigo "A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por

iniciativa dos Municípios junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”.

### **EVOLUÇÃO DA DÍVIDA**

O valor da dívida total de operações orçamentais do Município da Golegã, para o período em análise, era o seguinte:

Data de Referência	Valor
A 30/12/2016	3 193 258,69
A 31/12/2017	3 489 555,00
A 31/12/2018	2 846 997,00
A 31/12/2019	2 733 152,00
<b>Redução da Dívida a 31/12/2019</b>	<b>-113 845,00</b>

Tendo-se verificado uma redução global da dívida, em cerca de -113.845,00€ (-14,41%), como se pode ver na tabela anterior.

Na tabela a seguir apresentada é mencionado alguns indicadores e limite de endividamento do Município da Golegã.

Designação de indicadores	Valores
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente)	2 577 111,00 €
- Fundo Social Municipal (corrente)	101 667,00 €
- Participação Variável no IRS (corrente)	190 981,00 €
- Fundo de Equilíbrio Financeiro (capital)	286 346,00 €
- Despesas de Investimento do ano anterior (2018)	1 653 503,33 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2018	5 763 920,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2017	5 471 978,00 €
- Receitas corrente líquida do ano de 2016	5 549 605,00 €
<b>- Média da receita corrente líquida</b>	<b>5 595 168,00 €</b>
<b>- Limite dívida total 2019 (artº. 52º. da Lei nº. 73/2013)</b>	<b>8 392 751,41 €</b>
- Dívida total do Município excluindo Não Orçamentais e FAM	2 516 059,00 €
- Margem disponível	<b>5 876 693,00 €</b>
- Utilização da margem disponível por utilizar - Indicação da DGAL (Anexo)	<b>1 374 367,00 €</b>
- Percentagem utilizada pelo Município	<b>29,98%</b>
- Percentagem total disponível	<b>70,02%</b>
- Percentagem disponível - Indicação da DGAL	<b>16,38%</b>

## V – CONTABILIDADE DE CUSTOS

Dando cumprimento ao disposto no n.º 2.8.3. do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, os custos das funções e dos custos subjacente à fixação de tarifas e preços de bens e serviços, é obrigatória.

Por forma a melhor a utilização dos recursos do Município, em prol da comunidade, a gestão autárquica deve efetuar uma análise dos custos do Município, de modo a obter informação que permita dar apoio à tomada de decisões pelo executivo, no que diz respeito às diversas funções.

A sua divisão por funções é feita da seguinte forma:

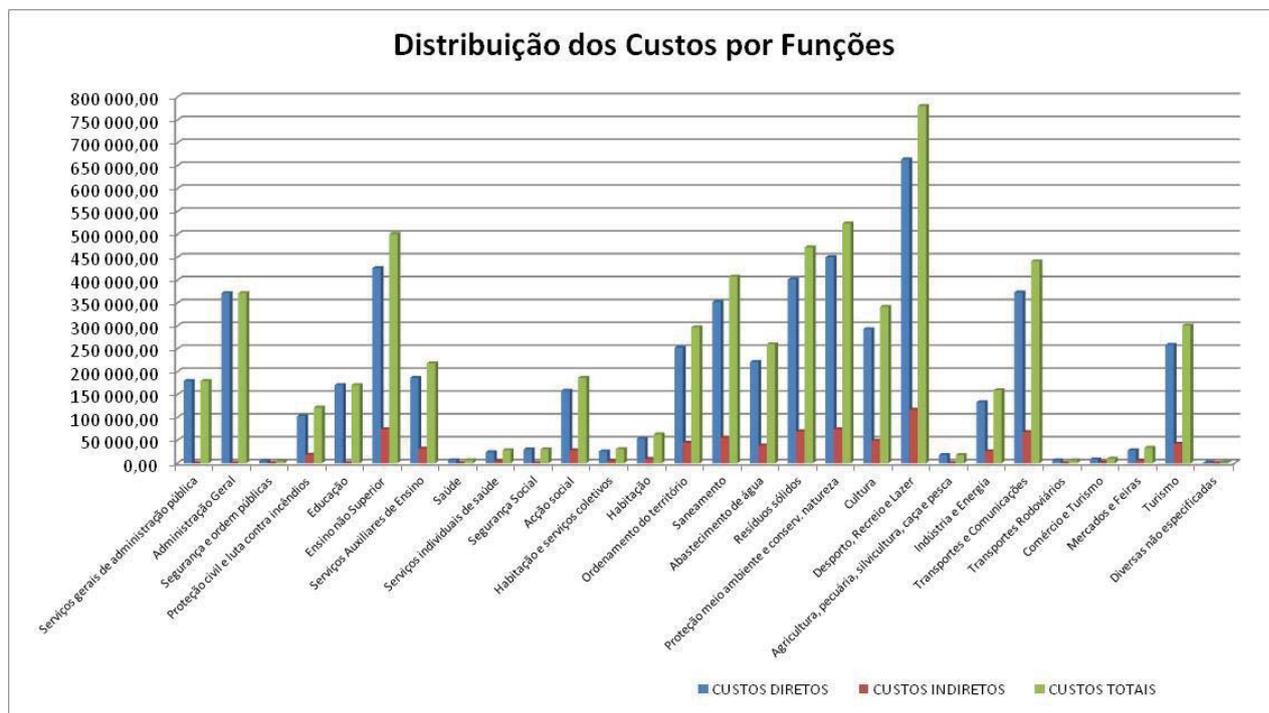
Em Euros

DESIGNAÇÃO	CUSTOS
Funções Gerais	677 003,43
Funções Sociais	4 316 983,69
Funções Económicas	968 785,20
Outras Funções	1 309,72
<b>Total das Funções</b>	<b>5 964 082,04</b>

Os custos apurados dentro de cada função desagregam-se da seguinte forma:

Em Euros

	<b>CUSTOS DIRETOS</b>	<b>CUSTOS INDIRETOS</b>	<b>CUSTOS TOTAIS</b>	<b>%</b>
<b>Classificação Funcional</b>	<b>5 200 878,39</b>	<b>763 203,65</b>	<b>5 964 082,04</b>	<b>100,00%</b>
<b>Funções Gerais</b>	<b>658 411,77</b>	<b>18 591,66</b>	<b>677 003,43</b>	<b>11,35%</b>
Serviços gerais de administração pública	179 649,57	0,00	179 649,57	3,01%
Administração Geral	371 711,76	0,00	371 711,76	6,23%
Segurança e ordem públicas	4 190,16	0,00	4 190,16	0,07%
Proteção civil e luta contra incêndios	102 860,28	18 591,66	121 451,94	2,04%
<b>Funções Sociais</b>	<b>3 716 083,57</b>	<b>600 900,12</b>	<b>4 316 983,69</b>	<b>72,38%</b>
Educação	170 729,54	0,00	170 729,54	2,86%
Ensino não Superior	426 435,43	74 264,67	500 700,10	8,40%
Serviços Auxiliares de Ensino	186 426,65	31 620,27	218 046,92	3,66%
Saúde	6 361,23	0,00	6 361,23	0,11%
Serviços individuais de saúde	24 069,98	4 318,38	28 388,36	0,48%
Segurança Social	30 223,00	0,00	30 223,00	0,51%
Acção social	158 340,64	27 991,47	186 332,11	3,12%
Habitação e serviços coletivos	25 928,35	4 818,78	30 747,13	0,52%
Habitação	53 515,47	9 264,42	62 779,89	1,05%
Ordenamento do território	252 429,50	44 776,87	297 206,37	4,98%
Saneamento	351 806,84	55 961,58	407 768,42	6,84%
Abastecimento de água	221 289,20	38 597,02	259 886,22	4,36%
Resíduos sólidos	401 844,98	69 698,68	471 543,66	7,91%
Proteção meio ambiente e conserv. natureza	449 988,71	74 089,26	524 077,97	8,79%
Cultura	292 825,67	48 878,79	341 704,46	5,73%
Desporto, Recreio e Lazer	663 868,38	116 619,93	780 488,31	13,09%
<b>Funções Económicas</b>	<b>825 280,62</b>	<b>143 504,58</b>	<b>968 785,20</b>	<b>16,24%</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	17 865,91	0,00	17 865,91	0,30%
Indústria e Energia	133 209,58	26 017,08	159 226,66	2,67%
Transportes e Comunicações	373 233,55	68 105,86	441 339,41	7,40%
Transportes Rodoviários	6 281,04	0,00	6 281,04	0,11%
Comércio e Turismo	8 173,37	1 454,20	9 627,57	0,16%
Mercados e Feiras	28 167,37	5 484,74	33 652,11	0,56%
Turismo	258 349,80	42 442,70	300 792,50	5,04%
<b>Outras Funções</b>	<b>1 102,43</b>	<b>207,29</b>	<b>1 309,72</b>	<b>0,02%</b>
Diversas não especificadas	1 102,43	207,29	1 309,72	0,02%



Após a análise do gráfico, durante o ano 2019, os custos que mais se destacaram encontram-se nas funções abaixo, sendo que os mais elevados são referentes a despesas com pessoal, prestações de serviços, consumo de eletricidade, manutenção de instalações e amortizações.

**Administração Geral** – Abrange os órgãos da autarquia e os serviços gerais da autarquia, designadamente os da área administrativa e financeira, tesouraria e património.

**Ensino não superior** — Compreende os custos com estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário.

**Ordenamento do território** — Custos com a reabilitação urbana e rural.

**Saneamento** — Inclui todo o sistema municipal de drenagem de águas residuais, contendo os custos com conservação e manutenção das ETAR's e Estações Elevatórias.

**Abastecimento de água** — Respeita a todo o sistema de distribuição da água, designadamente a captação, armazenamento e qualidade.

**Resíduos sólidos** — Compreende a recolha, tratamento, eliminação ou reciclagem de resíduos sólidos.

**Proteção meio ambiente e conservação da Natureza** – Compreende a proteção, conservação e valorização do património natural, incluindo os custos com a conservação e manutenção dos espaços verdes do Município.

**Cultura** — Compreende os custos com a manutenção dos museus, bibliotecas, bem como com a organização ou apoio de atos culturais. Abrange, também, os subsídios a associações promotoras de cultura.

**Desporto, recreio e lazer** — Compreende o fomento, promoção e apoio à prática e difusão do desporto, da ocupação de tempos livres, do recreio e do lazer. Abrange nomeadamente a construção, recuperação e conservação de infra-estruturas desportivas. Engloba ainda os apoios a associações de carácter desportivo.

**Transportes e comunicações** – Abrange os custos com a rede viária e com comunicações.

**Turismo** — Compreende o apoio à atividade turística, designadamente às comissões municipais de turismo e comissões regionais de turismo, bem como os custos respeitantes à atividade do parque de campismo e da Feira Nacional do Cavalo.

## **VI - Prazo Médio de Pagamentos:**

A fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos – PMP, consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de Abril de 2009, no Diário da República n.º 71, 2ª série Parte C.

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso veio regular esta matéria de modo direto, ao implementar rotinas de monitorização e, também, mecanismos de penalização para as entidades com pagamentos em atraso e/ou com agravamento deste stock na vigência da Lei.

Adicionalmente a Lei n.º 83-C/2013 – Orçamento de Estado de 2014, inscreveu objetivos de redução do endividamento das entidades incluídas no subsector da administração local, por ligação aos pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL).

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Prazo Médio de Pagamento	136	159	165	143
<b>PMP Superior a 90 dias</b>				

É importante referir que, o prazo médio de pagamentos acima dos 90 dias não tem interferido nas relações com os fornecedores.

De salientar, o esforço do Município da Golegã na redução da dívida em atraso aos fornecedores.

## VII – Fundos Disponíveis:

Os Fundos Disponíveis apurados durante o ano de 2019, constam da tabela a seguir apresentada:

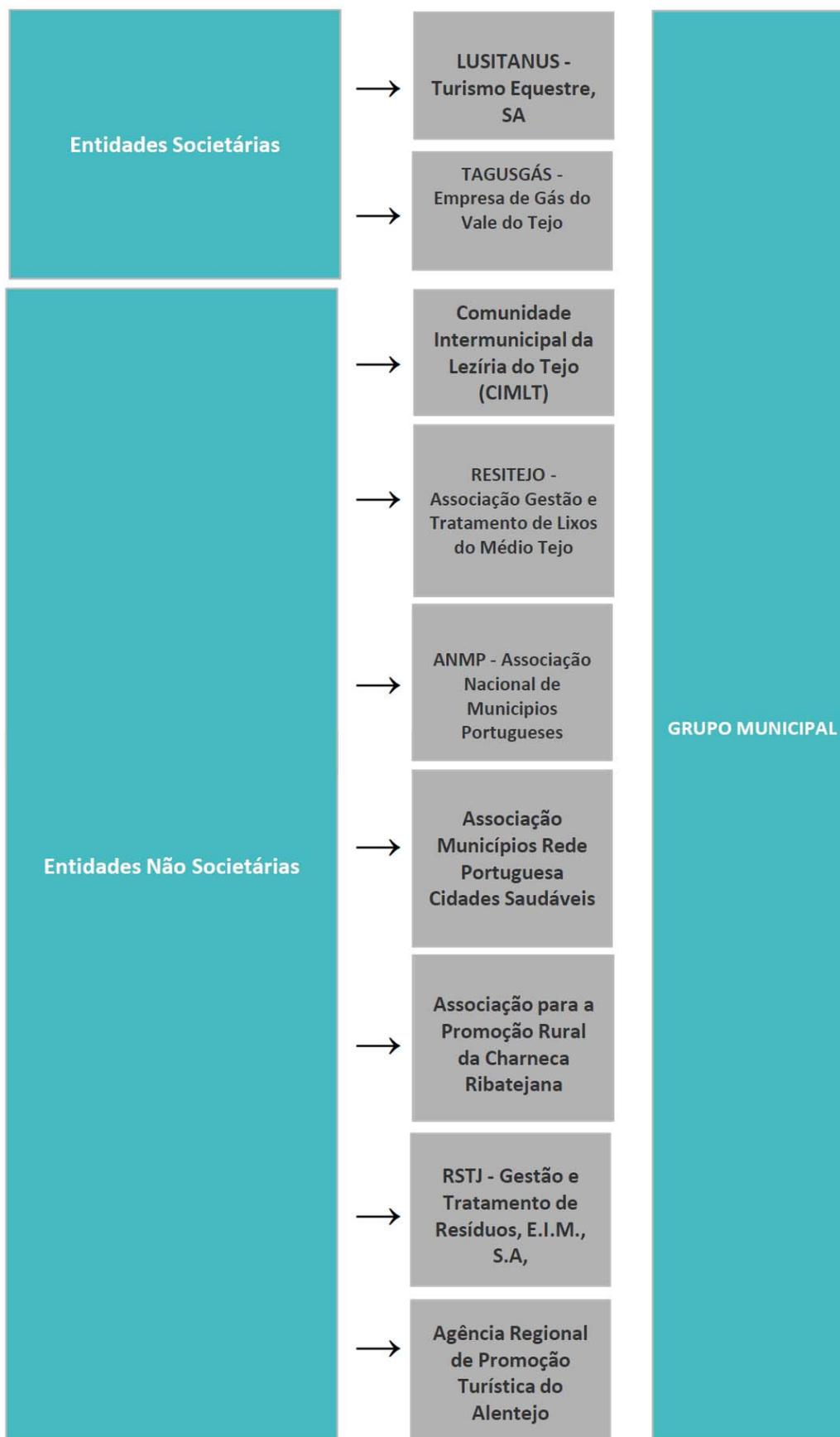
Mês	Receita	Compromissos Assumidos	Pagamentos	Compromissos Assumidos por Pagar	Fundos Disponíveis
Janeiro	1 167 654,89	1 592 560,10	831 229,07	761 331,03	426 239,61
Fevereiro	729 145,88	484 450,54	445 239,99	39 210,55	695 765,19
Março	718 345,20	432 365,67	426 607,10	5 758,57	883 724,43
Abril	783 777,35	493 397,85	524 716,00	-31 318,15	1 027 854,98
Maio	804 106,77	473 337,72	472 651,18	686,54	1 217 363,18
Junho	1 098 673,69	828 340,40	855 937,39	-27 596,99	1 243 016,41
Julho	1 050 120,82	493 281,18	795 071,73	-301 790,55	1 758 555,81
Agosto	763 123,66	490 821,15	456 548,34	34 272,81	2 887 829,95
Setembro	884 245,14	587 371,58	540 398,40	46 973,18	3 437 122,56
Outubro	779 778,57	422 692,69	511 524,63	-88 831,94	3 472 966,09
Novembro	839 327,71	512 771,03	606 574,36	-93 803,33	4 034 341,33
Dezembro	281 791,25	562 255,34	0,00	562 255,34	4 987 223,29
<b>TOTAL</b>	<b>9 900 090,93</b>	<b>7 373 645,25</b>	<b>6 466 498,19</b>	<b>748 071,55</b>	

## VIII – Participação em Entidades Societárias e Não Societárias

As Entidades Societárias e Não Societárias do Município da Golegã encontram-se discriminadas na seguinte tabela:

A - PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS								
Entidade	NIF	Tipo de Entidade	Enquadramento Legal	Participação no Final do Exercício		Forma de realização do capital		Observações / Enquadramento legal
				Valor nominal subscrito	%	Meio monetário (Montante)	Em espécie (Montante)	
LUSITANUS - Turismo Equestre SA	503964999	Societária	alinea c) do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	3 062,40	34,99%	3 062,40	—	—
TAGUSGÁS	503956538	Societária	alinea c) do art. 54.º da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro	1405,00	0,01%	1405,00	—	—

B - PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS - 2019								
Entidade	NIF	Tipo de Entidade	CAE	Capital Estatutário	Contribuição			Observações / Enquadramento legal
					Em N	Meios Monetários	Em espécie	
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	Associação de Municípios	94110	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 4.359,24€. % Imputação para a dívida: 0,282%
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT)	508787033	Associação de Municípios	94995	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota mensal de 3.010,00€. % Imputação para a dívida: 5,70%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	503914096	Associação de Municípios	38112	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	% Imputação para a dívida: 3,58%
RSTJ - Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A.	515332607	Associação de Municípios	38112	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Constituição do Capital Social 5.000,00€. % Imputação para a dívida: 10%
Associação Municípios Rede Portuguesa Cidades Saudáveis	504941569	Associação de Municípios	91333	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 351,57€. % Imputação para a dívida: 0,55%
AMVT - Associação de Municípios do Vale do Tejo	514203846	Associação de Municípios	91333	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 3.651,24€. % Imputação para a dívida: 3,72%
Agência Regional de Promoção Turística do Alentejo	506829987	Associação de Municípios	94995	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 1.980,00€.
Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana	503484652	Associação de Municípios	55202	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	Quota anual de 250,00€.



## IX - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:

Descrição	2019	2018	2017	2016	Variação de 2018 para 2019		Variação de 2017 para 2018		Variação de 2016 para 2017	
					Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Resultados Operacionais</b>										
Custos Operacionais	6 318 411,84	6 053 491,07	6 081 926,29	5 991 217,65	264 920,77	4,38%	-28 435,22	-0,47%	90 708,64	1,51%
Proveitos Operacionais	6 213 551,89	5 987 403,16	5 809 142,75	5 817 219,72	226 148,73	3,78%	178 260,41	3,07%	-8 076,97	-0,14%
<b>TOTAL</b>	<b>-104 859,95</b>	<b>-66 087,91</b>	<b>-272 783,54</b>	<b>-173 997,93</b>	<b>-38 772,04</b>	<b>58,67%</b>	<b>206 695,63</b>	<b>-75,77%</b>	<b>-98 785,61</b>	<b>56,77%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>										
Custos Financeiros	28 811,53	18 785,00	38 434,99	33 675,95	10 026,53	53,38%	-19 649,99	-51,13%	4 759,04	-24,22%
Proveitos Financeiros	2 238,82	962,77	21 558,50	21,91	1 276,05	132,54%	-20 595,73	-95,53%	21 536,59	-104,57%
<b>TOTAL</b>	<b>-26 572,71</b>	<b>-17 822,23</b>	<b>-16 876,49</b>	<b>-33 654,04</b>	<b>-8 750,48</b>	<b>49,10%</b>	<b>-945,74</b>	<b>5,60%</b>	<b>16 777,55</b>	<b>-1774,01%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>										
Custos Extraordinários	116 007,17	40 236,83	95 671,35	68 759,84	75 770,34	188,31%	-55 434,52	-57,94%	26 911,51	-48,55%
Proveitos Extraordinários	272 976,93	267 789,10	408 626,05	302 369,64	5 187,83	1,94%	-140 836,95	-34,47%	106 256,41	-75,45%
<b>TOTAL</b>	<b>156 969,76</b>	<b>227 552,27</b>	<b>312 954,70</b>	<b>233 609,80</b>	<b>-70 582,51</b>	<b>-31,02%</b>	<b>-85 402,43</b>	<b>-27,29%</b>	<b>79 344,90</b>	<b>-92,91%</b>
<b>Resultados Correntes</b>										
Resultados Operacionais	-104 859,95	-66 087,91	-272 783,54	-173 997,93	-38 772,04	58,67%	206 695,63	-75,77%	-98 785,61	-47,79%
Resultados Financeiros	-26 572,71	-17 822,23	-16 876,49	-33 654,04	-8 750,48	49,10%	-945,74	5,60%	16 777,55	-1774,01%
<b>TOTAL</b>	<b>-131 432,66</b>	<b>-83 910,14</b>	<b>-289 660,03</b>	<b>-207 651,97</b>	<b>-47 522,52</b>	<b>56,64%</b>	<b>205 749,89</b>	<b>-71,03%</b>	<b>-82 008,06</b>	<b>-39,86%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>25 537,10</b>	<b>143 642,13</b>	<b>23 294,67</b>	<b>25 957,83</b>						



## Análise do Resultado Líquido do Exercício

Após análise do Balanço e Demonstração de Resultados, em conformidade com o Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se encontram apensos ao presente documento e de acordo com o determinado no ponto 2.7.3 do mesmo diploma legal, o Executivo propõe que:

- 1- O Resultado líquido positivo do Exercício de 2019 de **25.537,10€**, seja transferido para a conta 59 – Resultados Transitados (POCAL – 2.7.3.2.);
- 2- Posteriormente, se constituam reservas legais no montante de **1.276,86€** equivalente a 5% do Resultado Líquido do Exercício (POCAL 2.7.3.5.);
- 3- Não se efetue qualquer reforço do património previsto no ponto 2.7.3.4. do POCAL, em virtude deste corresponder a mais de 20% do ativo líquido. No final do ano de 2019 correspondia a 61,54%.

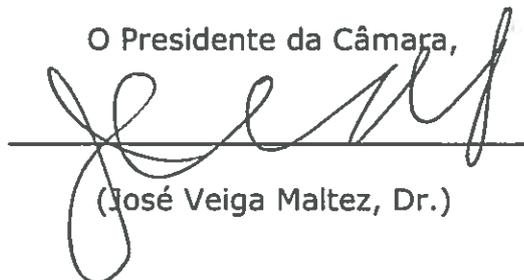
## X – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO:

Neste ano de 2019 e, após o encerramento do exercício de 2018, verificou-se a necessidade do Município da Golegã recorrer a um empréstimo de curto prazo até ao valor de 350.000,00€, para fazer face aos pagamentos a fornecedores de conta corrente.

Temos a certeza que tudo fizemos para dar cumprimento às matérias em apreciação, declarando a nossa permanente disponibilidade, para prestar os esclarecimentos que surjam sobre este conjunto de documentos, agora elaborados.

Golegã, 01 de Junho de 2020.

O Presidente da Câmara,



(José Veiga Maltez, Dr.)

## Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2019

### A. Dados entidade:

Área (Km<sup>2</sup>) 84,32 População (hab.) 5447 Eleitores (n.º) 4984  
Pessoal ao serviço (n.º) 145 (4.º Trimestre de 2019) Data ref. 15-06-2017 para mandatos autárquicos

### B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2016	Receita Corrente Líquida 2017	Receita Corrente Líquida 2018	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
5.549.605	5.471.978	5.763.920	16.785.503	5.595.168

### C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2019 (1,5ª média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 8.392.751,41

### D. Dívida total da autarquia

(em euros)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais, capital exceçlonado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
8.392.751	01/01/2019						
	2.975.668	300.844	3.276.512	2.764.844		5.627.907	1.125.581
	31/12/2019						
	2.733.152	305.872	3.039.024	2.516.059		5.876.693	1.175.339
Variação da Dívida %							-9,00%
Variação do Excesso da Dívida %							
Margem Disponível por Utilizar							1.374.367

### E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2019)

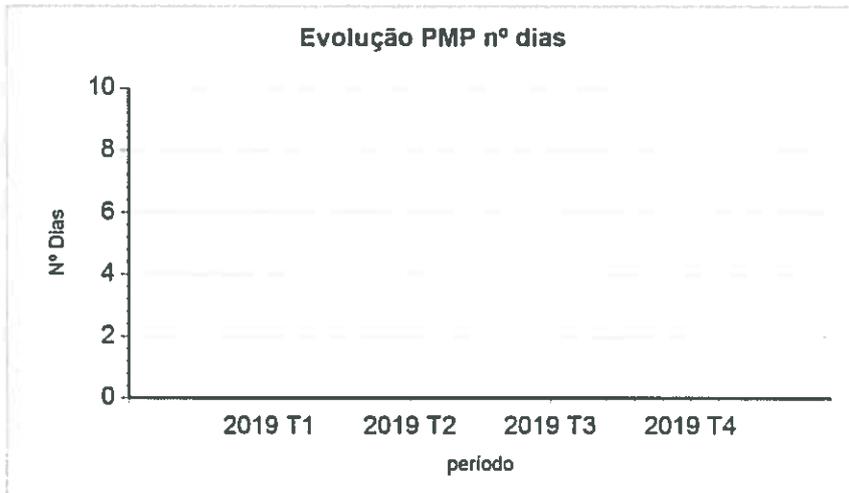
1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas 4.957.001 PMP 143 dias  
2. Aquisição acumuladas 3.169.340  
3. Último PMP publicado 165 dias (31/12/2018)

**PMP superior a 90 dias**

## Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2019



### F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	5.595.168	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	83,83%
Dívida total excluindo não orçamentais, capital excecionado e FAM (31-12-2018) <small>(período corrente)</small>	2.764.844	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	71,73%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2018) <small>(período corrente)</small>	1.469.166		

#### -Saneamento Financeiro-

##### Condições de adesão facultativa

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos
- Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos
- Dívida total = ou > 1,5 \* média das receitas correntes dos últimos três anos

##### Condições de adesão obrigatória

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

- Dívida total > 2,25 \* média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 \* a média das receitas correntes dos últimos três anos

#### Recuperação Financeira

- Dívida total > 3\* média das receitas correntes dos últimos três anos

*Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de ruptura financeira é efectuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.*

### G. Indicadores de Alerta Precoce:

#### 1. Ano n-1

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos
- Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%
- Dívida total = ou > 1,5 \* média das receitas correntes dos últimos três anos

#### 2. Ano n

- Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

## Ficha do Município

GOLEGÃ

4.º Trimestre de 2019

### H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Receitas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
5.763.920	1.714.923	88.061	200	7.567.105	5.314.025	2.227.448	7.541.472	25.632

### I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	<u>2.689.691</u>	Variação	Valor (2 - 1)	<u>278.072</u>
2. Ano n	<u>2.967.763</u>		% (2-1)/1	<u>10,34%</u>

### J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	<u>148</u>	Variação	Valor (2 - 1)	<u>-3</u>
2. Ano n	<u>145</u>		% (2-1)/1	<u>-2,03%</u>

### L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim